

# {k0} - 2024/10/08 Notícias de Inteligência ! (pdf)

Autor: symphonyinn.com Palavras-chave: {k0}

---

## Tribunal Constitucional do Sul da Coreia determina que as medidas de combate ao cambio climático são insuficientes

Um tribunal superior da Coreia do Sul decidiu, na quinta-feira, que as medidas do país para combater o cambio climático são insuficientes para proteger os direitos dos cidadãos e ordenou que o governo estabeleça metas firmes de redução de carbono para 2031 e além. Trata-se da primeira decisão judicial sobre litígios climáticos do seu tipo na Ásia.

Desde 2024, o Tribunal Constitucional tem revisado uma série de reclamações apresentadas por mais de 250 réus - um terço deles crianças ou adolescentes na época do pedido - que alegaram que os alvos de redução de gases de efeito estufa e os planos de implementação do governo eram parcialmente inconstitucionais e excessivamente fracos para proteger os direitos dos cidadãos, especialmente os das gerações futuras.

A Lei de Neutralidade de Carbono da Coreia do Sul, promulgada {k0} 2010, exigia que o país estabelecesse um objetivo de redução de carbono de pelo menos 35 por cento {k0} 2030 {k0} relação aos níveis de 2024. De acordo com a lei, o governo estabeleceu um objetivo de redução de 40 por cento. Os réus argumentaram que isso não era suficiente para gerenciar o impacto do cambio climático.

Na {k0} decisão de quinta-feira, o Tribunal Constitucional não encontrou falha no objetivo de 2030. No entanto, declarou que, porque a lei não especificava metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os anos entre 2031 e 2050 - quando o país disse que alcançaria a neutralidade de carbono - os direitos constitucionais das gerações futuras foram violados.

O tribunal deu à Assembleia Nacional até o final de fevereiro de 2025 para revisar a lei.

"As gerações futuras estarão mais expostas ao impacto do cambio climático, mas {k0} participação no processo político democrático atual é limitada", disse o tribunal. "Portanto, os legisladores têm o dever e a responsabilidade de fazer leis concretas para planos de redução de gases de efeito estufa de médio e longo prazo."

Os réus e seus advogados saudaram a decisão como "histórica".

"Esta decisão marca a primeira vitória na litigação climática na Ásia", disseram {k0} um comunicado à imprensa. "A decisão poderá servir como ponto de virada crítico, inspirando outras ações judiciais {k0} toda a Ásia para desafiar as políticas climáticas insuficientes."

"Os adultos sempre nos dizem para 'agir como crianças', mas eles não ouvem nossa voz sobre assuntos de grande responsabilidade", disse Han Jeah, de 12 anos, um dos réus, {k0} uma conferência de imprensa após a decisão de quinta-feira. "Através deste processo, queria mostrar quanto me importa o clima."

O ministério do Ambiente do governo disse, na quinta-feira, que respeitava a decisão do tribunal e tomaria medidas seguintes.

A medida foi vista como um passo importante no reconhecimento do combate ao cambio climático como um assunto de direitos humanos ou constitucionais.

A decisão na Coreia do Sul seguiu o histórico julgamento do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha {k0} 2024, que exigiu ações mais fortes sobre o clima para proteger os direitos das gerações futuras. Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que o governo suíço havia violado os direitos humanos de seus cidadãos ao não fazer o suficiente para combater o cambio climático.

Ativistas climáticos que ajudaram a organizar os processos esperam que a decisão na Coreia do Sul influencie a litigação e a política climática {k0} outras nações asiáticas onde casos semelhantes foram apresentados, incluindo Japão e Taiwan.

"Hoje não é apenas um veredicto sobre 'redução de gases de efeito estufa'", disse Lee Young-kyung, diretora executiva do grupo cívico Ação de Emergência para a Crise Climática. "É uma declaração, através da Constituição e da responsabilidade do governo, de que nossas vidas dignas devem ser protegidas. É o início de uma resposta justa à crise climática."

---

## Partilha de casos

### Tribunal Constitucional do Sul da Coreia determina que as medidas de combate ao cambio climático são insuficientes

Um tribunal superior da Coreia do Sul decidiu, na quinta-feira, que as medidas do país para combater o cambio climático são insuficientes para proteger os direitos dos cidadãos e ordenou que o governo estabeleça metas firmes de redução de carbono para 2031 e além. Trata-se da primeira decisão judicial sobre litígios climáticos do seu tipo na Ásia.

Desde 2024, o Tribunal Constitucional tem revisado uma série de reclamações apresentadas por mais de 250 réus - um terço deles crianças ou adolescentes na época do pedido - que alegaram que os alvos de redução de gases de efeito estufa e os planos de implementação do governo eram parcialmente inconstitucionais e excessivamente fracos para proteger os direitos dos cidadãos, especialmente os das gerações futuras.

A Lei de Neutralidade de Carbono da Coreia do Sul, promulgada {k0} 2010, exigia que o país estabelecesse um objetivo de redução de carbono de pelo menos 35 por cento {k0} 2030 {k0} relação aos níveis de 2024. De acordo com a lei, o governo estabeleceu um objetivo de redução de 40 por cento. Os réus argumentaram que isso não era suficiente para gerenciar o impacto do cambio climático.

Na {k0} decisão de quinta-feira, o Tribunal Constitucional não encontrou falha no objetivo de 2030. No entanto, declarou que, porque a lei não especificava metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os anos entre 2031 e 2050 - quando o país disse que alcançaria a neutralidade de carbono - os direitos constitucionais das gerações futuras foram violados.

O tribunal deu à Assembleia Nacional até o final de fevereiro de 2025 para revisar a lei.

"As gerações futuras estarão mais expostas ao impacto do cambio climático, mas {k0} participação no processo político democrático atual é limitada", disse o tribunal. "Portanto, os legisladores têm o dever e a responsabilidade de fazer leis concretas para planos de redução de gases de efeito estufa de médio e longo prazo."

Os réus e seus advogados saudaram a decisão como "histórica".

"Esta decisão marca a primeira vitória na litigação climática na Ásia", disseram {k0} um comunicado à imprensa. "A decisão poderá servir como ponto de virada crítico, inspirando outras ações judiciais {k0} toda a Ásia para desafiar as políticas climáticas insuficientes."

"Os adultos sempre nos dizem para 'agir como crianças', mas eles não ouvem nossa voz sobre assuntos de grande responsabilidade", disse Han Jeah, de 12 anos, um dos réus, {k0} uma conferência de imprensa após a decisão de quinta-feira. "Através deste processo, queria mostrar quanto me importa o clima."

O ministério do Ambiente do governo disse, na quinta-feira, que respeitava a decisão do tribunal e tomaria medidas seguintes.

A medida foi vista como um passo importante no reconhecimento do combate ao cambio climático como um assunto de direitos humanos ou constitucionais.

A decisão na Coreia do Sul seguiu o histórico julgamento do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha {k0} 2024, que exigiu ações mais fortes sobre o clima para proteger os direitos das

gerações futuras. Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que o governo suíço havia violado os direitos humanos de seus cidadãos ao não fazer o suficiente para combater o cambio climático.

Ativistas climáticos que ajudaram a organizar os processos esperam que a decisão na Coreia do Sul influencie a litigação e a política climática {k0} outras nações asiáticas onde casos semelhantes foram apresentados, incluindo Japão e Taiwan.

"Hoje não é apenas um veredicto sobre 'redução de gases de efeito estufa'", disse Lee Young-kyung, diretora executiva do grupo cívico Ação de Emergência para a Crise Climática. "É uma declaração, através da Constituição e da responsabilidade do governo, de que nossas vidas dignas devem ser protegidas. É o início de uma resposta justa à crise climática."

---

## Expanda pontos de conhecimento

### Tribunal Constitucional do Sul da Coreia determina que as medidas de combate ao cambio climático são insuficientes

Um tribunal superior da Coreia do Sul decidiu, na quinta-feira, que as medidas do país para combater o cambio climático são insuficientes para proteger os direitos dos cidadãos e ordenou que o governo estabeleça metas firmes de redução de carbono para 2031 e além. Trata-se da primeira decisão judicial sobre litígios climáticos do seu tipo na Ásia.

Desde 2024, o Tribunal Constitucional tem revisado uma série de reclamações apresentadas por mais de 250 réus - um terço deles crianças ou adolescentes na época do pedido - que alegaram que os alvos de redução de gases de efeito estufa e os planos de implementação do governo eram parcialmente inconstitucionais e excessivamente fracos para proteger os direitos dos cidadãos, especialmente os das gerações futuras.

A Lei de Neutralidade de Carbono da Coreia do Sul, promulgada {k0} 2010, exigia que o país estabelecesse um objetivo de redução de carbono de pelo menos 35 por cento {k0} 2030 {k0} relação aos níveis de 2024. De acordo com a lei, o governo estabeleceu um objetivo de redução de 40 por cento. Os réus argumentaram que isso não era suficiente para gerenciar o impacto do cambio climático.

Na {k0} decisão de quinta-feira, o Tribunal Constitucional não encontrou falha no objetivo de 2030. No entanto, declarou que, porque a lei não especificava metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os anos entre 2031 e 2050 - quando o país disse que alcançaria a neutralidade de carbono - os direitos constitucionais das gerações futuras foram violados.

O tribunal deu à Assembleia Nacional até o final de fevereiro de 2025 para revisar a lei.

"As gerações futuras estarão mais expostas ao impacto do cambio climático, mas {k0} participação no processo político democrático atual é limitada", disse o tribunal. "Portanto, os legisladores têm o dever e a responsabilidade de fazer leis concretas para planos de redução de gases de efeito estufa de médio e longo prazo."

Os réus e seus advogados saudaram a decisão como "histórica".

"Esta decisão marca a primeira vitória na litigação climática na Ásia", disseram {k0} um comunicado à imprensa. "A decisão poderá servir como ponto de virada crítico, inspirando outras ações judiciais {k0} toda a Ásia para desafiar as políticas climáticas insuficientes."

"Os adultos sempre nos dizem para 'agir como crianças', mas eles não ouvem nossa voz sobre assuntos de grande responsabilidade", disse Han Jeah, de 12 anos, um dos réus, {k0} uma conferência de imprensa após a decisão de quinta-feira. "Através deste processo, queria mostrar quanto me importa o clima."

O ministério do Ambiente do governo disse, na quinta-feira, que respeitava a decisão do tribunal e tomaria medidas seguintes.

A medida foi vista como um passo importante no reconhecimento do combate ao cambio climático

como um assunto de direitos humanos ou constitucionais.

A decisão na Coreia do Sul seguiu o histórico julgamento do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha {k0} 2024, que exigiu ações mais fortes sobre o clima para proteger os direitos das gerações futuras. Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que o governo suíço havia violado os direitos humanos de seus cidadãos ao não fazer o suficiente para combater o cambio climático.

Ativistas climáticos que ajudaram a organizar os processos esperam que a decisão na Coreia do Sul influencie a litigação e a política climática {k0} outras nações asiáticas onde casos semelhantes foram apresentados, incluindo Japão e Taiwan.

"Hoje não é apenas um veredicto sobre 'redução de gases de efeito estufa'", disse Lee Young-kyung, diretora executiva do grupo cívico Ação de Emergência para a Crise Climática. "É uma declaração, através da Constituição e da responsabilidade do governo, de que nossas vidas dignas devem ser protegidas. É o início de uma resposta justa à crise climática."

---

## comentário do comentarista

### Tribunal Constitucional do Sul da Coreia determina que as medidas de combate ao cambio climático são insuficientes

Um tribunal superior da Coreia do Sul decidiu, na quinta-feira, que as medidas do país para combater o cambio climático são insuficientes para proteger os direitos dos cidadãos e ordenou que o governo estabeleça metas firmes de redução de carbono para 2031 e além. Trata-se da primeira decisão judicial sobre litígios climáticos do seu tipo na Ásia.

Desde 2024, o Tribunal Constitucional tem revisado uma série de reclamações apresentadas por mais de 250 réus - um terço deles crianças ou adolescentes na época do pedido - que alegaram que os alvos de redução de gases de efeito estufa e os planos de implementação do governo eram parcialmente inconstitucionais e excessivamente fracos para proteger os direitos dos cidadãos, especialmente os das gerações futuras.

A Lei de Neutralidade de Carbono da Coreia do Sul, promulgada {k0} 2010, exigia que o país estabelecesse um objetivo de redução de carbono de pelo menos 35 por cento {k0} 2030 {k0} relação aos níveis de 2024. De acordo com a lei, o governo estabeleceu um objetivo de redução de 40 por cento. Os réus argumentaram que isso não era suficiente para gerenciar o impacto do cambio climático.

Na {k0} decisão de quinta-feira, o Tribunal Constitucional não encontrou falha no objetivo de 2030. No entanto, declarou que, porque a lei não especificava metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os anos entre 2031 e 2050 - quando o país disse que alcançaria a neutralidade de carbono - os direitos constitucionais das gerações futuras foram violados.

O tribunal deu à Assembleia Nacional até o final de fevereiro de 2025 para revisar a lei.

"As gerações futuras estarão mais expostas ao impacto do cambio climático, mas {k0} participação no processo político democrático atual é limitada", disse o tribunal. "Portanto, os legisladores têm o dever e a responsabilidade de fazer leis concretas para planos de redução de gases de efeito estufa de médio e longo prazo."

Os réus e seus advogados saudaram a decisão como "histórica".

"Esta decisão marca a primeira vitória na litigação climática na Ásia", disseram {k0} um comunicado à imprensa. "A decisão poderá servir como ponto de virada crítico, inspirando outras ações judiciais {k0} toda a Ásia para desafiar as políticas climáticas insuficientes."

"Os adultos sempre nos dizem para 'agir como crianças', mas eles não ouvem nossa voz sobre assuntos de grande responsabilidade", disse Han Jeah, de 12 anos, um dos réus, {k0} uma conferência de imprensa após a decisão de quinta-feira. "Através deste processo, queria mostrar quanto me importa o clima."

O ministério do Ambiente do governo disse, na quinta-feira, que respeitava a decisão do tribunal e tomaria medidas seguintes.

A medida foi vista como um passo importante no reconhecimento do combate ao cambio climático como um assunto de direitos humanos ou constitucionais.

A decisão na Coreia do Sul seguiu o histórico julgamento do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha {k0} 2024, que exigiu ações mais fortes sobre o clima para proteger os direitos das gerações futuras. Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que o governo suíço havia violado os direitos humanos de seus cidadãos ao não fazer o suficiente para combater o cambio climático.

Ativistas climáticos que ajudaram a organizar os processos esperam que a decisão na Coreia do Sul influencie a litigação e a política climática {k0} outras nações asiáticas onde casos semelhantes foram apresentados, incluindo Japão e Taiwan.

"Hoje não é apenas um veredicto sobre 'redução de gases de efeito estufa'", disse Lee Young-kyung, diretora executiva do grupo cívico Ação de Emergência para a Crise Climática. "É uma declaração, através da Constituição e da responsabilidade do governo, de que nossas vidas dignas devem ser protegidas. É o início de uma resposta justa à crise climática."

---

#### **Informações do documento:**

Autor: symphonyinn.com

Assunto: {k0}

Palavras-chave: {k0} - 2024/10/08 Notícias de Inteligência ! (pdf)

Data de lançamento de: 2024-10-08

---

#### **Referências Bibliográficas:**

1. [apostas vasco da gama](#)
2. [site de palpites de futebol gratis](#)
3. [como apostar no gynbet](#)
4. [jogos que pagam via pix](#)